

RESSALVA

Atendendo solicitação da
autora, o texto completo
desta dissertação será
disponibilizado somente a
partir de 02/03/2022



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de São José do Rio Preto

Juliana de Oliveira Zuanon

Educação sexual:

o que consta nos documentos oficiais nacionais e a percepção de adolescentes
sobre essa temática

São José do Rio Preto
2021

Juliana de Oliveira Zuanon

Educação sexual:

o que consta nos documentos oficiais nacionais e a percepção de adolescentes sobre essa temática

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ensino e Processos Formativos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Processos Formativos, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Luciana Aparecida Nogueira da Cruz

São José do Rio Preto
2021

Z93e

Zuanon, Juliana de Oliveira

Educação sexual : o que consta nos documentos oficiais nacionais e a percepção de adolescentes sobre essa temática / Juliana de Oliveira Zuanon. -- São José do Rio Preto, 2021

156 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto

Orientadora: Luciana Aparecida Nogueira da Cruz

1. Educação sexual. 2. Adolescentes. 3. Documentos oficiais. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Juliana de Oliveira Zuanon

Educação sexual:

o que consta nos documentos oficiais nacionais e a percepção de adolescentes
sobre essa temática

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ensino e Processos Formativos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Processos Formativos, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto.

Comissão Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Luciana Aparecida Nogueira da Cruz
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto
Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Ana Paula Leivar Brancaleoni
UNESP – Câmpus de Jaboticabal

Prof^ª. Dr^ª. Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo
UNESP – Câmpus de Marília

São José do Rio Preto
30 de agosto de 2021

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe, Ana Sofia, por ter me carregado pela UNESP de São José do Rio Preto na barriga - em um “acidente” de percurso de sua vida universitária - e me levado para me matricular em Licenciatura em Letras, 20 anos depois, na mesma universidade.

Dedico também as minhas duas avós, Petronilha e Nely. Petronilha, que não pôde estudar, mas que cuidou de mim para que minha mãe pudesse terminar a graduação e trabalhar, me possibilitando o acesso às melhores escolas e a todos os livros que eu pedi em aniversários e Natais. Nely, que podendo estudar, no mesmo curso que eu, sempre me fez sentir como alguém que merecesse ter orgulho de si e fosse o orgulho de alguém amado.

Homenageio com este trabalho também todas e todos os familiares professores e pesquisadores, que, de alguma forma me fizeram gostar de me educar e contribuir com a educação de outros. Mas, em especial, cito Wanderley, meu “paidastro”; eu dormi sim em sua defesa de doutorado, mas só porque matemática pura pode ser muito tediosa para quem é de humanas. Ele foi minha inspiração dentro de casa desde que me acolheu como filha.

Por fim, dedico este trabalho, com muito carinho, ao meu marido Alexandre, que fez de tudo para que eu não desistisse de mim mesma e conseguiu, dia após dia, fazer com que eu acreditasse que era capaz e que a vida valia a pena. Seu amor foi combustível para que cada página tomasse forma, tanto nesta pesquisa, como na breve história da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço todas e todos que de alguma forma contribuíram para a realização e conclusão desta pesquisa. Contudo, gostaria de ressaltar alguns nomes em particular.

Sou grata, primeiramente, pela minha orientadora Luciana Aparecida Nogueira da Cruz que, mesmo sem me conhecer, me deu o benefício da dúvida e decidiu me acolher como orientanda. Posteriormente, se tornou uma amiga, que me acolheu em momentos extremamente difíceis e não me deixou desistir da pesquisa que um dia sonhei. Serei eternamente grata se um dia conseguir compartilhar com os outros aquilo que aprendi, como ela compartilhou comigo, e acolher alguém que precise, como ela me acolheu.

Ressalto também meus agradecimentos a todas e todos que opinaram durante o fazimento dessa pesquisa. Destaco: Raul Aragão Martins, que me ajudou nos primeiros passos; Leonardo Lemos de Souza, Juliana Aparecida Matias Zechi, Loriane Trombini Frick e Valeska Zanello, que são pesquisadoras inspiradoras e foram juízas de meus instrumentos de pesquisa; e todas e todos avaliadores de trabalho que, durante congressos e seminários, opinaram e me fizeram perguntas singulares, mas que me esqueci dos nomes, porque essas situações são de muito nervosismo.

Ainda, sou grata à banca de dissertação, professora Ana Paula Leivar Brancaleoni e professora Tânia Suely A. M. Brabo, por terem aceito prontamente contribuir com esse percurso.

Agradeço também a todas as instituições de ensino que frequentei e todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores que fizeram e ainda fazem esses lugares funcionar. Se eu escolhi cursar licenciatura e retornar à universidade para o mestrado em ensino, foi porque o ambiente educacional me proporcionou momentos que me fizeram, depois de sair, querer voltar.

Por fim, agradeço as três adolescentes que aceitaram participar da pesquisa mesmo em um momento de pandemia. Foi no contato com elas que voltei a ver sentido no que estava fazendo e me reconectei com a Juliana adolescente que sofreu as mazelas de uma errônea educação sexual.

“Se Deus me desse uma segunda chance naquele momento, eu teria feito tudo igual.” Joel, em *The Last of Us – Parte 2* (DRUCKMANN, et al, 2020).

RESUMO

Atualmente, discussões fervorosas sobre o que deve ou não ser ensinado pela escola e o que deve ser de responsabilidade exclusiva da família ganharam destaque nas mídias brasileiras por conta de projetos de lei conhecidos como Escola Sem Partido e por conta da chamada “ideologia de gênero”, que tem como um dos ideais a “neutralidade” dos professores dentro da sala de aula, em especial, nas questões relacionadas à sexualidade. Pensando nesse cenário, o objetivo geral desta pesquisa foi o de investigar o direito dos estudantes à educação sexual formal nas escolas e as percepções de adolescentes do ensino público de São José do Rio Preto, SP, sobre a existência desses direitos. A pesquisa teve abordagem qualitativa e adotou como procedimento metodológico a pesquisa documental e o estudo de campo, feito por meio de entrevistas elaboradas a partir do método clínico piagetiano, com a finalidade de entender as impressões de três garotas adolescentes sobre seu direito à educação sexual. A partir disso, pretendeu-se questionar a legitimidade do projeto de lei e do discurso da “ideologia de gênero” e repensar a função da escola com intuito máximo de garantir o direito das crianças e dos adolescentes brasileiros sob sua educação. Como resultados, tem-se que os documentos oficiais brasileiros apresentam a educação sexual como conteúdo a ser trabalhado na escola e que as três adolescentes acreditam que devem ter educação sexual nas escolas, podendo, inclusive, opinar sobre isso. Em conclusão, temos que a educação não permite a neutralidade dos sujeitos e é passível de ser mudada.

Palavras-chave: Educação sexual. Adolescentes. Documentos oficiais.

ABSTRACT

Nowadays, in Brazilian media, there is intense discussion about what should or what should not be taught by the school and what should be exclusive family's responsibility due to bills such as "Escola sem Partido" and due to the so-called "gender ideology", which has as one of its ideals that teachers should remain neutral in their classrooms about some subjects, especially those related to sexuality. Thinking about this scenario, we have defined as the main goal of this research the investigation of students' perceptions about their right to formal sex education in schools at São José do Rio Preto, SP. The research had a qualitative approach and had as methodological procedure the search for official documents and field research through interviews that were elaborated based on the clinical method. These interviews had the purpose of collecting teenagers' considerations of their right to sex education. Based on this, we have the intention to question the legitimacy of the supposedly neutral ideas of the law and the "gender ideology" discourse and rethink the school's role, with the aim to ensure the right of Brazilian children and teenagers under their education. As a result, Brazilian official documents presented sex education as content to be worked on at school and that the three teenagers believe that they should have sex education in schools, and may even give their opinion about it. In conclusion, education does not allow their participants' neutrality and education can be changed.

Keywords: Sex education. Teenagers. Documents and law.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Os artigos menos relacionados a temática da pesquisa	21
Quadro 2 – Os artigos mais diretamente relacionados a temática da pesquisa	22
Quadro 3 – Caracterização das estudantes	55
Quadro 4 – Assuntos relacionados a sexualidade no Currículo Paulista (volume 1)	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CP	Currículo Paulista
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ESP	Escola sem Partido
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEDH	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
PSL	Partido Social Libertal
WHO	World Health Organization

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	De onde vim: breve trajetória e apresentação da pesquisadora	13
1.2	Onde quis chegar: por que pesquisar o direito à educação sexual e a percepção de adolescentes sobre a temática?	14
1.3	O caminho: os objetivos e a organização da dissertação	18
2	EXPLORAÇÃO DO TEMA: PESQUISAS COM TEMÁTICAS SEMELHANTES	20
3	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	25
3.1	Um levante conservador: o discurso da “ideologia de gênero” e o movimento “Escola sem Partido”	25
3.2	O que acontece na escola?	34
3.3	Educação sexual: para que e para quem?	40
4	MÉTODO	49
4.1	Modalidade da pesquisa	49
4.2	A pesquisa documental	49
4.3	O método clínico	49
4.4	Mudanças em decorrência da pandemia	51
4.5	Os instrumentos	52
4.6	Análise dos dados	53
4.7	Caracterização das entrevistadas: quem são as adolescentes participantes da pesquisa	54
4.8	Breve caracterização da escola	55
4.9	Procedimentos	56
4.10	Considerações éticas	58
5	RESULTADOS	60
5.1	O que dizem os documentos oficiais: as leis que aqui já estão	60
5.2	O que disseram as adolescentes: as percepções das três estudantes sobre a Educação sexual	66
6	CONSIDERAÇÕES	78
	REFERÊNCIAS	82
	APÊNDICES	88
	APÊNDICE A – Histórias e perguntas base	88

APÊNDICE B – Perguntas gerais	91
APÊNDICE C – Formulário de caracterização dos sujeitos pesquisados	92
APÊNDICE D – Transcrição da entrevista completa – estudante 1 (E-01)	93
APÊNDICE E – Transcrição da entrevista completa – estudante 2 (E-02)	109
APÊNDICE F – Transcrição da entrevista completa – estudante 3 (E-03)	125
ANEXOS	145
ANEXO A – Termo de Assentimento Livre Esclarecido	145
ANEXO B – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido – Pais	147
ANEXO C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Maioridade	149
ANEXO D – Modelo de autorização da Diretoria de Ensino	151
ANEXO E – Modelo de Carta de Anuência	152
ANEXO F – Parecer Consubstanciado do CEP	153

1 INTRODUÇÃO

1.1 De onde vim: breve trajetória e apresentação da pesquisadora

Tenho 26 anos e trilhei meu caminho escolar exclusivamente em escolas particulares renomadas da cidade do interior de São Paulo, onde eu nasci. Fiz um ano de curso pré-vestibular porque estava muito confusa quanto a carreira que gostaria de seguir e acabei ingressando no curso de Licenciatura em Letras Português/Inglês em 2014. Me formei nesse curso pelo Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas/UNESP no início de 2018, ingressei no curso de Licenciatura em Pedagogia no mesmo período e no mesmo Instituto e, em 2019, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Ensino e Processos Formativos, um programa desse instituto em parceria com mais dois campi, sob orientação da professora Luciana Aparecida Nogueira da Cruz.

Apesar de ter ingressado no curso de Letras com intenção de me aprofundar nos estudos literários, após algumas pesquisas na área de Literatura Espano/Americana, percebi que esses livros, para mim, eram mais interessantes quando ligados ao meu prazer pessoal do que com a profissão que gostaria de seguir. Por conta disso, no meu último ano da graduação, me desvencilhei das pesquisas nessa área e comecei a buscar dentro do curso de Letras o que mais me interessava, chegando à conclusão de que me dedicava e gostava muito mais da área de Língua Estrangeira e da área de Educação. Então, decidi ingressar no curso de Licenciatura em Pedagogia, pois achava insuficiente o conteúdo de Educação que cursei em minha primeira graduação e, ao mesmo tempo, comecei a trabalhar como monitora em uma escola bilíngue infantil.

Além disso, queria ser pesquisadora, então, enquanto cursava a segunda graduação e trabalhava como monitora na escola bilíngue, comecei a buscar temas que gostaria de me aprofundar e acabei optando pela educação. Ao mesmo tempo, comecei a participar de dois projetos de extensão universitária, um voltado aos estudos e disseminação de informação acerca da sexualidade saudável, segura e prazerosa (*E aí? IBILCE*) e outro voltado às mulheres na ciência, gênero e educação (*Mulheres no Plural*), já que me interesse bastante por feminismo. Comecei, também, a repensar e resgatar memórias de minha infância e adolescência relacionadas a minha sexualidade e a sexualidade das pessoas que convivi e convivo. Percebi, com muito pesar, que eram memórias de sofrimento para mim, inclusive dentro das consideradas ótimas escolas em que estudei, e que essas memórias poderiam ter sido melhores se eu tivesse tido acesso a uma educação sexual de qualidade, que possibilitaria a capacidade

de me defender, defender os outros e viver minha sexualidade e, por consequência, a minha vida de maneira mais feliz.

Então, esse projeto de pesquisa surge como reflexo da minha trajetória escolar e da minha trajetória com a educação sexual (ou sua completa inexistência ou existência errônea), ao mesmo tempo em que assistimos a ascensão e consolidação de um Governo que declaradamente quer banir qualquer tipo de educação libertadora. Portanto, este texto se configura em uma tentativa esperançosa, minha e de minha orientadora, de contribuir com a construção de uma educação de qualidade, em especial no que tange a educação sexual, com o que estudamos e pesquisamos durante esses quase três anos de pesquisa.

1.2 Onde quis chegar: por que pesquisar o direito à educação sexual e a percepção de adolescentes sobre a temática?

Na última década, no Brasil, emergiram discussões intensas sobre o papel da escola na formação de crianças e adolescentes, envolvendo o que deve ou não ser ensinado pelos professores, principalmente quanto aos temas relacionados à sexualidade. Isso se deu, em grande parte, por conta do surgimento de um movimento denominado *Escola sem Partido*¹ - ESP, que culminou na elaboração e reelaboração de diversos projetos de lei, tal como o mais recente, de número 246/2019 (BRASÍLIA, 2019). Esse projeto de lei traz, em seu texto, que o professor não deve tratar de questões de natureza ideológica em suas aulas e não deve interferir no amadurecimento sexual de seus alunos ou fazê-los adotarem julgamento ou conduta moral sexual diferente do que foi ensinado pelos pais ou responsáveis (BRASÍLIA, 2019). Então, os professores, segundo este projeto de lei, devem ser neutros, porque o ensino dos assuntos citados é de controle exclusivo dos responsáveis legais pelos alunos, cabendo a esses responsáveis decidir o conteúdo que crianças e adolescentes devem ou não ter contato no ambiente escolar.

Além de projetos de lei como esse, o atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, antes de se candidatar para o cargo, durante a sua campanha eleitoral e mesmo depois de eleito, durante o seu governo, declara ser contra projetos de educação sexual e a chamada “ideologia de gênero”, pois, para ele e para os políticos que simpatizam com seus ideais conservadores, projetos de educação sexual seriam uma ameaça a família brasileira, pois ensinariam às crianças a mudarem de orientação sexual. Para contextualizar e exemplificar este contexto político que

¹ O site da Organização da Escola sem Partido é o seguinte: <https://www.escolasempartido.org/>. Nele, é possível encontrar os objetivos da instituição, sua história, entre outras coisas.

aqui apresentamos, busquei em plataformas populares virtuais de notícias, como a *Folha de São Paulo*, *Estadão*, o *El país* (Brasil), canais da plataforma *YouTube* de emissoras como *Band*, *SBT*, e o próprio canal e redes sociais do presidente e seus filhos, as palavras “ideologia de gênero” e “educação sexual”. Li e assisti aos resultados e, a partir disso, selecionei algumas falas que explicitam o cenário que aqui apresentei. Considero importante trazer algumas das falas pronunciadas publicamente transcritas na íntegra como foram enunciadas, pois trazem termos chulos, palavrões, conceitos distorcidos e de cunho preconceituoso.

Em uma sessão da câmara dos deputados sobre o significado da palavra gênero, em 2016, o então candidato à presidência declarou:

[...] quando fala de criancinha, eu tenho vontade de ir com as quatro patas no pescoço dessas pessoas, e não quero saber se é homem ou mulher, ou é bissexual, trissexual ou quadrissexual, seja lá o que for [...] essa patifaria que se discute aqui de ideologia de gênero é para escola pública mesmo, é pro filho do pobre, quer que o filho do pobre aprenda comportamento que o pai não quer na escola, mas agora é pra escola privada também [...] parem de emboscar criancinha em sala de aula, isso é comportamento de canalha, falem pra mim que ser gay é legal, fala pro vereador aqui, que tá do meu lado aqui que ser gay é legal, fala pra minha mãe que ser gay é legal, agora eu tenho uma filha de cinco anos de idade, não mostre isso pra ela [grifo meu] que eu arrebento na porrada e tem que ser assim [...] cuidado professora e professor, se eu der uma pancada numa professora ensinando pra minha filha que ser lésbica é legal vão falar que eu sou misógino [...] saudades de quando eu tinha oito anos de idade [...] e tinha um quadro de jesus cristo [...] de braços abertos, com as criancinhas em volta, dizendo “vinde a mim as criancinhas”, hoje os canalhas dizem “vinde a mim as criancinhas” pra praticar pedofilia ou para ensinar esse comportamento que nenhum pai admite [...] querem emboscar as nossas criancinhas, querem roubar a sua liberdade, querem tirar o prazer do homem de ver seu filho crescer homem ou sua filha crescer mulher [...] (BOLSONARO..., 2018a).

Quando Jair Bolsonaro disse “não mostre isso pra ela”, ele fazia referência ao livro que ele insiste ter sido distribuído pelo Ministério da Educação às bibliotecas das escolas públicas brasileiras, que, segundo ele, ensina crianças a fazer sexo e que faria as crianças acharem normal um adulto tocar as suas partes íntimas. No entanto, o próprio Ministério da Educação esclareceu que esses livros não estavam nas bibliotecas das escolas. Além disso, o presidente incita a violência contra professores que, segundo ele, “emboscam criancinhas” dizendo que “ser gay é legal” (BOLSONARO..., 2018a).

Outrossim, após a eleição em 2018, em uma de suas inúmeras *lives*, o presidente declara banir questões relacionadas à sexualidade e gênero das provas do ENEM:

[...] queremos que, na escola, a molecada aprenda algo que no futuro lhe dê liberdade, que ele possa ganhar o seu pão é com seu trabalho e não fique com essas questões menores que a gente vê por aí. Ideologia de gênero, que importância tem isso? Vai ser feliz cara, se você quer ser feliz com outro homem, vai ser feliz, se você mulher quer ser feliz com outra mulher, vai ser feliz; agora não fique perturbando isso nas escolas,

obrigando a criançada a estudar uma besteira que não vai levar a lugar nenhum. Quem ensina sexo é papai e mamãe e ponto final, acabou, não tem mais o que discutir. [...] (BOLSONARO..., 2018b).

Fica claro que discussões sobre sexualidade, para o presidente, são reservadas à família - pai e mãe das crianças e dos adolescentes.

Além do próprio presidente, Olavo de Carvalho, considerado guru do presidente e de seus filhos, chegando a influenciar na indicação de nomes para assumir ministérios, em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*, quando perguntado sobre o que pensa sobre educação sexual nas escolas, declarou:

Quanto mais educação sexual, mais putaria nas escolas. No fim, está ensinando criancinha a dar a bunda, chupar pica, espremer peitinho da outra em público. Acham que educação sexual está fazendo bem, mas só está fazendo mal. O Estado não tem que se meter em educação sexual de ninguém. (ZEREMBA, 2018, p. 12).

Ainda acrescenta que não é problema do professor se uma aluna aparece grávida, que quem deveria resolver a situação são os pais da garota e que a educação sexual não lhe fez falta durante a sua vida.

Estes são apenas alguns exemplos de declarações feitas pelo atual presidente da República e de seus aliados que fizeram parte da campanha eleitoral em 2018 e que ainda ecoam nos discursos do governo. Chamo a atenção para essas declarações divulgadas pelos veículos de notícias, redes sociais e vídeos para contextualizar o momento em que esta pesquisa foi realizada. Cabe salientar que tais declarações têm o apoio de pessoas que compactuam com tal discurso, visto que, em manifestações que aconteceram no país na última década, a temática contra a ideologia de gênero e a educação sexual estava presente. Nota-se, nos extratos das falas do atual governo, que a temática da Educação sexual é vista de forma pejorativa.

Ao mesmo tempo que o discurso do governo conduz ao objetivo de banir a educação sexual na escola, alguns dados do Ministério da Saúde apontam para o fato de que a sexualidade ainda é um elemento que pode causar sofrimento físico e psicológico para o ser humano quando não tratado com naturalidade e pelo viés da educação, da saúde e do prazer. Um exemplo desses sofrimentos ficou evidente, por exemplo, quando olhei para os números alarmantes, publicados pelo Ministério da Saúde, sobre o aumento tanto do abuso sexual contra crianças e adolescentes quanto da detecção de casos da Síndrome da Imunodeficiência Humana (SIDA, mais conhecida popularmente pela sigla em inglês AIDS), principalmente entre jovens do sexo masculino no Brasil.

Entre os anos de 2011 e 2017, houve um aumento no número de notificações de abuso sexual contra crianças e adolescentes respectivamente de 64,6% e 83,2%; ainda, 69,2% dos casos ocorreram no ambiente familiar e outros 4,6% ocorreram no ambiente escolar, segundo uma Análise epidemiológica da violência sexual contra criança e adolescentes divulgada em 2018 (BRASÍLIA, 2018a). Além disso, o último Boletim Epidemiológico de HIV/AIDS do Ministério da Saúde aponta para o fato de que entre jovens (15 a 24 anos) o número de detecção de casos de AIDS aumentou em dez anos (2007 a 2017). Entre jovens de 15 a 19 anos, a taxa de detecção foi de 3 para 7 casos, a cada 100 mil habitantes e, entre os jovens de 20 a 24 anos, a taxa passou de 15,6 para 36,2 a cada 100 mil habitantes (BRASÍLIA, 2018b). Todos esses números apontam para uma epidemia que, quando se trata de violência sexual, ocorre principalmente dentro do ambiente familiar, e, quando se trata de HIV/AIDS, ocorre entre a população mais jovem, que ainda está em fase escolar. Por conta disso, suponho que a sexualidade e a educação sexual não podem ser assuntos tratados apenas como polêmica ou como assunto exclusivo do ambiente familiar, já que na família ocorre a maioria dos abusos e a escola é um lugar onde o jovem passa boa parte de seu tempo e, portanto, se configuraria como um lugar privilegiado de contato com informações essenciais para uma vida sexual segura.

Além disso, a World Health Organization (WHO) ou Organização Mundial de Saúde (OMS), em um relatório denominado *Sexual health, human rights and the law*², traz a sexualidade como um aspecto central do ser humano ao longo de sua vida e o acesso à educação relacionada à sexualidade e à saúde sexual como essencial para tornar as pessoas capazes de proteger sua saúde e tomar decisões sobre sua vida sexual e reprodutiva (WORLD..., 2015).

Ademais, um novo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), demonstra que, apesar da taxa de gravidez na adolescência no Brasil ter diminuído 17% no período de 2004 a 2015 (VALADARES, 2017), nosso país ainda está acima da média em comparação com a taxa mundial e com a taxa da América Latina, da qual fazemos parte. Colocando em números, enquanto a taxa mundial de gravidez na adolescência é de uma estimativa de 46 nascimentos para cada 1000 meninas de 15 a 19 anos, a taxa da América Latina é de 65,5 nascimentos e a do Brasil é de 68,4 nascimentos. Ou seja, as adolescentes no Brasil têm 22,4 nascimentos a mais se comparadas com a média mundial e 2,9 nascimentos a mais se comparadas com a média da América Latina. Esse é um dado grave porque, segundo a diretora regional da UNICEF, em muitos casos, as meninas que engravidam e têm seus filhos na adolescência precisam abandonar

² *Saúde sexual, direitos humanos e as leis* [tradução minha].

a escola, o que, a longo prazo, tem um impacto nas oportunidades de completar sua educação, se inserir no mercado de trabalho e participar da vida pública e política, as tornando mais vulneráveis à pobreza e à exclusão social (ORGANIZAÇÃO..., 2018).

Levando tudo que até aqui foi dito em consideração, percebi que a discussão da educação sexual parece não ter a participação daquele que seria seu maior interessado, o sujeito centro do planejamento curricular, como é dito diversas vezes nas Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASÍLIA, 2013): o aluno. As crianças e os adolescentes, principais afetados pelos documentos e leis pensados e redigidos pelos adultos, pouco ou nunca opinam sobre o direito deles à educação. Dessa forma, me pareceu pertinente e justo, mesmo que a manutenção dos direitos das crianças e dos adolescentes seja feita pelos pais, responsáveis ou pelo próprio Estado, que os alunos opinassem sobre a temática.

Por conta disso, essa pesquisa justificou-se por ser uma tentativa de educação mais democrática, em que os alunos comunicassem suas concepções acerca da polêmica temática da educação sexual. Ainda, afinando um pouco mais meus interesses, me cativou saber se os adolescentes, de um determinado contexto, enxergavam o acesso a essa modalidade da educação como um direito deles e que também deveria ser efetivado em ambientes formais de aprendizagem, e não só em ambientes informais, como é o caso da família. A essas concepções dos adolescentes somei pesquisas, leis e documentos que tratam do assunto para que pudesse descrever melhor o que deveria ou não acontecer na escola quando se trata de educação sexual.

1.3 O caminho: os objetivos e a organização da dissertação

A pesquisa teve como objetivo geral compreender melhor o direito dos adolescentes à educação sexual em ambiente formal de aprendizagem, em especial, a opinião de alguns adolescentes sobre a temática. Para atingir este objetivo geral, foi necessário ater-se aos seguintes objetivos específicos:

- i. Identificar e descrever documentos oficiais e leis brasileiras que trazem a temática da educação sexual;
- ii. Problematizar como a escola, enquanto instituição de ambiente formal de aprendizagem, lida com a sexualidade dos adolescentes;
- iii. Analisar a percepção de alguns adolescentes acerca do seu direito (ou a inexistência do seu direito) à educação sexual.

A partir da necessidade de concretização desses objetivos aqui citados, esta dissertação está organizada em sete seções, sendo a que mostrei até aqui a primeira parte, a introdução, em

que busquei deixar evidente minhas intenções e como elas se formaram e se justificaram. Na segunda seção, a exploração do tema, apresentei o que encontrei de semelhante e de diferente entre as pesquisas feitas na última década sobre a temática e a esta pesquisa; na terceira seção, me ocupei de falar da revisão bibliográfica, em que descrevi quais autores e teorias guiaram o modo de enxergar, categorizar e analisar o problema e os dados coletados nessa pesquisa. Na quarta seção, o método, procurei descrever como, com quem e onde a pesquisa foi planejada e realizada, e, por fim, como os dados foram examinados. Na quinta seção, tem-se os resultados, tanto da análise dos documentos como dos dados obtidos com as entrevistas. Na sexta seção, trago as considerações acerca da pesquisa como um todo. Na sétima seção, estão listadas as referências, ou seja, todos textos e os autores e autoras utilizados na pesquisa. Por último, na oitava parte, estão organizados os anexos e apêndices dessa pesquisa, que são, em sua grande parte, os instrumentos de coleta e alguns dados da pesquisa.

6 CONSIDERAÇÕES

Tive, com esta pesquisa, a intenção pessoal de entender melhor a legitimidade de projetos de lei como o ESP que foram surgindo na última década e me inquietando. Na tentativa de formalizar a pesquisa, estabeleci um objetivo geral e três objetivos específicos que se encontram no início dessa dissertação e que retomo aqui para tecer considerações acerca desta pesquisa que se deu em cerca de dois anos e meio.

O primeiro destes objetivos foi o de identificar e descrever documentos e leis brasileiras que continham em seu conteúdo a temática da educação sexual. Identifiquei e li diversos documentos extremamente relevantes para a educação brasileira e, mais especificamente, a educação no estado de São Paulo, e pude constatar que a maioria deles traz a educação sexual em seu conteúdo. Assim, a educação sexual está prevista em leis e documentos brasileiros o que, de certa forma, já torna projetos como os do Escola sem Partido, no mínimo, sem fundamentação legal, perante aos documentos que temos hoje. Ao mesmo tempo, surgem epidemias de violência sexual contra crianças e adolescentes (BRASÍLIA, 2017) e de HIV e AIDS entre jovens do sexo masculino (BRASÍLIA, 2018b) e as adolescentes do Brasil continuam engravidando precocemente em maiores proporções que outros países da América (ORGANIZAÇÃO..., 2018), o que pode nos levar a pensar que nem mesmo o básico e óbvio da educação sexual, como prevenção as ISTs e prevenção a gravidez na adolescência, vem sendo feito nas escolas brasileiras.

Já o segundo objetivo dizia respeito à ideia de problematizar a instituição escolar como educadora sexual de crianças e adolescentes. Isso se deu por meio da exploração do tema e da revisão bibliográfica. Nesses momentos de leitura, descobri que a adolescência não é patológica (BOCK, 1998; 2007), que a saúde sexual e reprodutiva é um direito inalienável (WORLD..., 2015) e que a escola, ao contrário do que pensa o senso comum, tem educação sexual, mas que essa modalidade de educação nem sempre é justa. Na escola, por exemplo, os alunos que conseguem frequentar e não são expulsos pela heteronormatividade (BENTO, 2011), têm seus corpos educados pelo discurso de controle sobre a sexualidade, sobre o gênero e sobre seus corpos (LOURO, 2018a; 2018b; FOUCAULT, 2017; 2019). Paralelamente a isso, cresce o discurso da ideologia de gênero (BIROLI, 2019; 2020; MISKOLCI et al, 2017), que alimentou as últimas eleições (BOLSONARO, 2018a; 2018b,) e que já interfere na vida dos professores sem nem mesmo ter concretizado uma lei (BETIM, 2019).

Por último, o terceiro objetivo, que envolvia investigar a percepção das adolescentes acerca do seu direito a educação sexual. Do meu ponto de vista, elas não pareceram perceber a educação sexual como um direito; pelo menos, não com esse vocabulário. Ao elaborar as

histórias (APÊNDICE A) que usaria para a pesquisa, eu – em conjunto com outras pessoas que me auxiliaram no refinamento do método – optei por não usar a palavra direito nas histórias ou nas perguntas que fossem surgindo durante a entrevista para que, se as adolescentes considerassem isso como um direito, elas me dissessem isso, sem minha interferência, ou seja, sem que eu as desse a palavra “direito”.

No fim das contas, a palavra “direito” não apareceu nas entrevistas, mas, de certa forma, a ideia estava presente nos discursos das três adolescentes. Elas me disseram, afinal, que deveria ter educação sexual nas escolas, que isso lhes faria se sentir acolhidas, que pais, mesmo que responsáveis por isso, não o faziam, que professores poderiam falar sobre isso, que psicólogos poderiam auxiliar e tantas outras coisas que não couberam nessa pesquisa, mas que podem se encaixar em pesquisas futuras.

Ainda, duas coisas me chamaram mais atenção no discurso das três adolescentes: a primeira, que todos os professores poderiam falar sobre o que quisessem; a segunda, que as adolescentes poderiam escolher se queriam aprender ou não sobre educação sexual e como. Resgato mais uma vez Paulo Freire para falar da primeira coisa que mais me chamou atenção. Segundo Freire:

A neutralidade frente ao mundo, frente ao histórico, frente aos valores, reflete apenas o medo que se tem de revelar o compromisso. Este medo quase sempre resulta de um “compromisso” contra os homens, contra sua humanização, por parte dos que se dizem neutros. Estão “comprometidos” consigo mesmos, com seus interesses ou com os interesses dos grupos aos quais pertencem. E como este não é um compromisso verdadeiro, assumem a neutralidade impossível. (FREIRE, 2018 p. 22-23).

Do meu ponto de vista, e, aparentemente, do ponto de vista das próprias estudantes que entrevistamos – ou “audiência cativa”, como às vezes chamam aqueles que apoiam o Escola Sem Partido - não há nada que tire do professor a liberdade de expressão em sua sala de aula, como preveem os projetos de lei baseados no ESP, como almejam alguns governantes e como clamam alguns pais ou responsáveis. Há, nisso tudo, uma vontade de ser neutro, sendo que isso não me parece possível, assim como não parece para Freire. Há um compromisso firmado com si mesmo, com o grupo que pertence e com o mantimento da sociedade desigual que hoje ainda se apresenta.

Sobre a segunda coisa, ainda uso os ensinamentos de Freire (2016) para a análise. Nessas três meninas mora a autonomia como ilustrada por Freire há muitos anos atrás, ou seja, mora a capacidade, ou pelo menos o desejo, de construir a si mesmas e o mundo a sua volta por meio

da educação (FREIRE, 2016). Ainda, na relação entre a possibilidade de escolha das adolescentes e a liberdade de expressão dos professores mora a “politicidade” da educação, já que:

[...] toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando aprende, outro que, aprendendo, ensina, daí o cunho gnosiológico; a existência de objetos, conteúdos a serem ensinados e aprendidos; envolve o uso de métodos, de técnicas, de materiais; implica, em função de seu caráter *diretivo*, objetivos, sonhos, utopias, ideais. Daí a sua *politicidade*, qualidade que tem a prática educativa de ser *política*, de não poder ser neutra (FREIRE, 2016, p. 68).

No final das contas, a neutralidade não é uma possibilidade na educação, mesmo que as pessoas peçam por isso. Ainda, vivemos um cenário da educação sexual nas escolas, e mesmo dentro de casa, que é caótico, que alimenta as epidemias já apontadas nesta seção da dissertação e em outras, e que causa sofrimento a crianças e adolescentes, que um dia se tornarão adultos e podem reproduzir em seus filhos o que aprenderam de errado. Além disso, como já destaquei anteriormente, em momentos de perda de direitos como o que vivemos agora, acho necessário resgatar a ideia de que essa possibilidade de escolha apontada pelas adolescentes deve ser pensada num âmbito individual, em que os adolescentes, com educação de qualidade, fazem as melhores escolhas para a sua própria vida e não que podem interferir no direito a educação sexual dentro das escolas. Esse, é obrigatório e extremamente necessário, como podemos ver nas teorias apresentadas e discutidas nessa dissertação.

Ainda, como Louro (2018a; 2018b), Teixeira Filho et al (2021) tece percepções acerca do cenário escolar em relação ao gênero e a sexualidade e suas desigualdades perante a concepção de um mundo binário, ou seja, que há o que é de homens e o que é de mulheres na sociedade em que vivemos e quais espaços cada um pode acessar. Ao mesmo tempo, percebe, assim como percebo ao fim da pesquisa que há sim espaço para a educação sexual nas escolas. Segundo o autor:

E é fato que essa organização social é desigual. Desse modo, percebemos também que o tema gênero e sexualidades perpassa as interações escolares. Está nas conversas, músicas, danças e brincadeiras nos pátios, corredores, recreios e festas, enfim, dos diversos espaços e tempos do cotidiano escolar. Assim, garantir a discussão de gênero e sexualidade nas escolas, como forma de combater as desigualdades sociais, é um dever do Estado brasileiro para com a cidadania. (TEIXEIRA FILHO et al, 2021, p. 20).

Então, para trabalhos futuros, ficam algumas perguntas que, para mim, ainda não tiveram respostas; não, pelo menos, neste texto – e não que eu tivesse a intenção também de

responder essas perguntas: por que governantes querem tanto que a educação sexual se limite aos pais e responsáveis pelas crianças e adolescentes? Quem é favorecido pelo discurso da “ideologia de gênero”? Se deve haver educação sexual nas escolas, como fazer isso? Como formar professores para exercer tal função? Como o psicólogo pode agir no contexto escolar sob essa temática? Enfim, parece-me um assunto infinito.

Por fim, por mais que tudo isso que coloquei aqui pareça, algumas vezes, muito negativo, este trabalho não é um fim, mas um começo, pelo menos para mim que agora o escrevo. Isto porque, fazendo uso, pela última vez, das sábias palavras de Freire, me resta a esperança, afinal, “O mundo não é. O mundo está sendo.” (FREIRE, 2016, p. 74).

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, E. Escola sem Partido: o que é, como age e para que serve. In: Caudêncio Frigotto (Org.). **Escola “sem” Partido**: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017, p. 63-74.

ATKINSON, R.; FLINT, J. Accessing Hidden and Hard-to-Reach Populations: Snowball Research Strategies. **Social Research Update**, United Kingdom, v. 33, verão de 2001. 2001 Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/46214232_Accessing_Hidden_and_Hard-to-Reach_Populations_Snowball_Research_Strategies. Acesso em: 04 maio 2020.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 19, n. 2, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2011000200016&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 24 mar. 2020.

BETIM, F. As vozes da pequena grande batalha do Sesc Pompeia. **Brasil.elpais.com.br**. São Paulo, 08 nov. 2017, 02:06. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/07/politica/1510085652_717856.html. Acesso em: 24 abr. 2019.

BETIM, F. Campanha “anti-doutrinação” contra professores eleva estresse em sala de aula. **Brasil.elpais.com.br**. São Paulo, 19 maio 2019, 09:54. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/14/politica/1557790165_316536.html. Acesso em: 24 abr. 2019.

BIROLI, F. A reação contra o gênero e a democracia. In: *Nueva Sociedad*, n. 2019, dez. 2019, p. 76-87. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/reacao-contra-o-genero-e-democracia/>. Acesso em: 07 jul. 2020.

BIROLI, F. The Backlash against Gender Equality in Latin America: Temporality, Religious Patterns, and the Erosion of Democracy. In: *LASA forum*, v. 51, abr. 2020, p. 22-26. Disponível em: <https://forum.lasaweb.org/past-issues/vol51-issue2.php>. Acesso em: 07 jul. 2020.

BOLSONARO avassalador na sessão que trata do tema ideologia de gênero. [S. l.: s. n.], 2018a. 1 vídeo (8 min e 52 seg). Publicado pelo canal Flavio Bolsonaro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=d4hugssa3nk>. Acesso em: 25 ago. 2019.

BOLSONARO critica questões da prova de linguagens do Enem. [S. l.: s. n.], 2018b. 1 vídeo (3 min e 39 seg). Publicado pelo canal Band Jornalismo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8W9htGGt9z0>. Acesso em: 25 ago. 2019.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Versão Final. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018a. Disponível em: <https://bit.ly/35rFi4U>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. [Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)]. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: <https://bit.ly/3pmT0hF>. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. [Lei de diretrizes e bases da educação nacional (1996)]. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: <https://bit.ly/2Izqx7z>. Acesso em: 19 ago. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.005**. Brasília, DF: Presidência da República, 25 de junho de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em 18 ago. 2020.

BRASÍLIA. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. 3. ed. Brasília, DF: Ministério dos Direitos Humanos, 2018e. Disponível em: <https://bit.ly/3pr9QM8>. Acesso em: 18 ago. 2020.

BRASÍLIA. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 3/2018**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 21 nov. 2018d. Disponível em: <https://bit.ly/36vguZh>. Acesso em: 18 ago. 2020.

BRASÍLIA. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 5/2009**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 17 dez. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 18 ago. 2020.

BRASÍLIA. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 7/2010**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 14 dez. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3pr9QM8>. Acesso em: 18 ago. 2020.

BRASÍLIA. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2013. 562 p.

BRASÍLIA. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, jun. 2018a. Disponível em: <https://bit.ly/2UnBZFO>. Acesso em: 30 mar. 2019.

BRASÍLIA. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim epidemiológico: HIV/AIDS 2018**. Brasília, DF: Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais, 2018b. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2018/boletim-epidemiologico-hiv-aids-2018>. Acesso em: 07 ago. 2019.

BRASÍLIA. [Projeto de Lei no 246 de 2019 (2019)] **Projeto de Lei no 246/2019**. Institui o “Programa Escola sem Partido”. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2KTd9L7>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASÍLIA. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.

BOCK, A. M. B. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, SP, v. 11, n. 1, 2007, p. 63-76.

BOCK, A. M. B. Discutindo a concepção de adolescência. **Re-criação – Revista do CREIA**, Corumbá, MS, v. 3, n. 1, 1998, p. 57-60.

CRUZ, L. A. N.; MARTINS, R. A.; D'ÁGUA, S. V. N. L.; PARRA, A. C. S.; ZAHRA, H. LOMBARDI, L. S.; CAMPOS, T. E.; SILVA, I. A. Projeto “E Aí, Justino?!”: Conversando sobre Sexualidade com Estudantes do Ensino Médio. *In*: COLVARA, L. D.; OLIVEIRA, J. B. B. **Núcleos de Ensino da Unesp**: artigos 2014. São Paulo: Cultura Acadêmica, Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, 2015. p. 128-139.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELVAL, J. **Introdução à Prática do Método Clínico**: descobrindo o pensamento das crianças. Porto Alegre: Artmed, 2002.

DRUCKMANN, N.; GROSS, H. **The Last of Us: Parte II**. San Mateo, CA: Naughty Dog, 2020. 1 jogo eletrônico.

ESCOLA SEM PARTIDO. Quem somos. Brasil, [entre 2004 e 2020] Disponível em: <http://escolasempartido.org/quem-somos/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2017.

FOUCAULT, M. Sobre a história da sexualidade. **Microfísica do poder**. 10. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019. p. 363-406.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 54. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 38. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREITAS, M.; MELO, S. M. M.; ZILLI, A. S.; MIRANDA, A. V. S. Curso de formação de professores(as) por meio do programa educação sexual em debate na rádio UDESC FM 100.1 Florianópolis: algumas reflexões sobre os caminhos percorridos. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v.12, n.2, p.1130-1141, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2wR984H>. Acesso em 19 set. 2019.

GONÇALVES, R. C.; FALEIRO, J.H.; MALAFAIA, G. Educação sexual no contexto familiar e escolar: impasses e desafios. **Holos**, [S.L], v. 5, p. 251-263, out. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2xFqFfW>. Acesso em: 19 set. 2019.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2IrfCMV>. Acesso em: 15 jun. 2019.

GESSER, M.; OLTRAMARI, L. C.; CORD, D.; NUERNBER, A. H. Psicologia escolar e formação continuada de professores em gênero e sexualidade. **Revista semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 229-236, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/39prSFu>. Acesso em: 19 set. 2019.

GRAJALES ATEHORTÚA, I. C.; CARDONA ARANGO, D. Actitudes de los adolescentes escolarizados frente a la salud sexual y reproductiva. **Investigación y Educación en Enfermería**, Medellín, Colombia, v. 30, n.1, p. 77-85, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2R0kzxy>. Acesso em: 19 set. 2019.

HIGA, E. F. R.; BERTOLIN, F. H.; MARINGOLO, L. F.; RIBEIRO, T. F. S. A.; FERREIRA, L. H. K.; OLIVEIRA, V. A. S. C. A intersectorialidade como estratégia para promoção da saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes. **Interface**, Botucatu, v. 19, p. 879-891, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2X03pUL>. Acesso em: 19 set. 2019.

LACERDA JUNIOR, J. C.; HATTA, M. S.; CORRÊA, S. E. S.; MASCARENHAS, S. A. N. Do contexto multicultural para uma escola que discute: educação sexual. **Sophia**, colección de Filosofía de Educación, Equador, v. 9, n.1, p.73-87, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3d4aFDU>. Acesso em: 19 set. 2019.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2018a.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.). **O corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018b. p. 7-42.

MACHADO, M. D. C. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 2, p. 1-18, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-026X2018000200212&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 20 mar. 2020.

MISKOLCI, R.; CAMPANA, M. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, set./dez. 2017, p. 725-747. Disponível em: <https://bit.ly/2Wv3Mon>. Acesso em: 19 set. 2019.

MUNDIN, I. O que é a ideologia de gênero que foi banida dos planos de educação afinal? **Uoeducacao.uol.com.br**. São Paulo, 11 ago. 2015. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2015/08/11/o-que-e-a-ideologia-de-genero-que-foi-banida-dos-planos-de-educacao-afinal.htm>. Acesso em: 14 jul. 2021.

MURTA, S. G.; ROSA, I. O.; MENEZES, J. C.; RIEIRO, M. R. S.; BORGES, O. S.; PAULO, S. G.; OLIVEIRA, V.; RIBEIRO, D. C.; DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. Direitos sexuais e reprodutivos na escola: avaliação qualitativa de um estudo piloto. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 335-344, jul./set. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2TYFmni>. Acesso em: 19 set. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Taxa de gravidez adolescente no Brasil está acima da média latino-americana e caribenha. **Nacoesunidas.org**. Brasil, 28 fev. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/taxa-de-gravidez-adolescente-no-brasil-esta-acima-da-media-latino-americana-e-caribenha/>. Acesso em: 28 out. 2019.

PALMA, D. M.; ORCASITA, L. T. Considerations for the design of Human Immunodeficiency Virus (HIV) prevention programs for lesbian and bisexual women. **Interface**, Botucatu, v. 21, n. 63, p. 1031-1038, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2xp3Mhi>. Acesso em: 19 set. 2019.

PEREIRA, G. R.; BAHIA, A. G. M. F. Direito fundamental à educação, diversidade e homofobia na escola: desafios à construção de um ambiente e aprendizado livre, plural e democrático. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 39, p. 51-71, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2UL52TC>. Acesso em: 19 set. 2019.

PUGLISI, M. L.; FRANCO, B. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

QUARESMA DA SILVA, D. R. Exclusão de adolescentes grávidas em escolas do sul do Brasil: uma análise sobre educação sexual e suas implicações. **Revista Estudios Sociales**, Colombia, n. 57, jul./set. 2016, p. 78-88. Disponível em: <https://bit.ly/3bMpBFZ>. Acesso em: 19 set. 2019.

RATZINGER, J. **Carta aos bispos da igreja católica sobre a colaboração do homem e da mulher na igreja e no mundo**. Vaticano, 2004. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20040731_collaboration_po.html. Acesso em: 09 set. 2020.

SILVA, M. E. F.; BRABO, T. S. A. M.; MORAIS, A. Educação em Direitos Humanos e desenvolvimento moral na formação docente: a influência da religiosidade em tempos de “ideologia de gênero”. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, v. 21, n. 2., nov. 2017, p. 1260-1282.

SOUZA, E. C. Direitos humanos e diversidade sexual na escola: homofobia, trabalho docente e cotidiano escolar. **Conjectura**, Caxias do Sul, v. 20, n. especial, p. 198-220, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2UPxlQG>. Acesso em: 19 set. 2019.

TEIXEIRA FILHO, F. S.; CAVALEIRO, M. C. Eu, o outro e as fobias no contexto escolar: da teoria à prática. In: RONDINI, C. A.; KLEIN, A. M.; CRUZ, L. A. N.; GALINDO, M. A. (Orgs.). **Educação, Sexualidades e Direitos Humanos no contexto escolar**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021. p. 19-44.

VALADARES, Carolina. Gravidez na adolescência tem queda de 17% no Brasil. **Saude.gov.br**. Brasília: Ministério da Saúde, 10 maio 2017. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/28317-gravidez-na-adolescencia-tem-queda-de-17-no-brasil>. Acesso em: 26 out. 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Sexual health, human rights and the law**. World Health Organization, Geneva, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3kp0xZx>. Acesso em: 20 out. 2019.

ZEREMBA, J. Guru de Bolsonaro diz que não existem intelectuais da esquerda do seu nível. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 98, n. 32.746, 28 nov. 2018. Entrevista. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/guru-de-bolsonaro-diz-que-nao-existem-intelectuais-da-esquerda-a-seu-nivel.shtml>. Acesso em 25 ago. 2019.